

Xilogravura do livro *Les songes drolatiques de Pantagruel* (1565), de autoria presumida de François Desprez. Obra em domínio público. Composição visual remixada.

ARTIGOS

POLÍTICAS PREFIGURATIVAS: A REVOLUÇÃO (IM)POSSÍVEL NA PÓS-MODERNIDADE

PREFIGURATIVE POLITICS: THE (IM)POSSIBLE REVOLUTION IN POSTMODERNITY

POLÍTICA PREFIGURATIVA: LA REVOLUCIÓN (IM)POSIBLE EN LA POSMODERNIDAD

Ricardo Mendes Mattos Universidade de Taubaté, Taubeté, SP, Brasil

Submetido em: 28/07/2025
Aceito em: 28/09/2025
Publicado em: 26/12/2025

Como citar: MATTOS, Ricardo Mendes. Políticas prefigurativas: a revolução (im)possível na pós-modernidade. *(Des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. e60680, jul./dez. 2025.

DOI: 10.53981/destrocos.v6i2.60680

Licenciado sob a CC BY 4.0.

Resumo
As políticas prefigurativas de revolução aqui e agora surgem simultaneamente à reflexão sobre a condição pós-moderna, no âmbito da nova esquerda estadunidense das décadas de 1970 e 1980. Por meio de um estudo teórico, o presente artigo adota como objetivo compreender as políticas prefigurativas a partir de sua inserção no contexto histórico, social e político da pós-modernidade. Conclui-se que a revolução aqui e agora incorpora características atribuídas à pós-modernidade: o imediatismo; a pluralidade de narrativas; a compressão espaço-tempo; a (con)fusão entre público e privado; o âmbito micropolítico ou local da atuação política; e a descontinuidade histórica, que obstrui projeções seguras de um futuro utópico. Tais características demarcam os limites e as potencialidades das políticas prefigurativas como revolução (im)possível na pós-modernidade.

Palavras-chave
Política prefigurativa; revolução; anarquia; pós-modernidade.

Abstract
The prefigurative politics of revolution here and now emerged simultaneously with reflections on the postmodern condition within the American New Left of the 1970s and 1980s. Through a theoretical study, this article aims to understand prefigurative politics within the historical, social, and political context of postmodernity. It concludes that the revolution here and now incorporates characteristics attributed to postmodernity: immediacy; plurality of narratives; space-time compression; the (con)fusion between public and private; the micropolitical or local sphere of political action; and historical discontinuity, which hinders confident projections of a utopian future. These characteristics demarcate the limits and potential of prefigurative politics as an (im)possible revolution in postmodernity.

Keywords
Prefigurative politics; revolution; anarchy; postmodernity.

Resumen
La política prefigurativa de la revolución aquí y ahora surgió simultáneamente con las reflexiones sobre la condición posmoderna en la nueva izquierda estadounidense de las décadas de 1970 y 1980. A través de un estudio teórico, este artículo busca comprender la política prefigurativa en el contexto histórico, social y político de la posmodernidad. Concluye que la revolución aquí y ahora incorpora características atribuidas a la posmodernidad: inmediatez; pluralidad de narrativas; compresión espaciotemporal; la (con)fusión entre lo público y lo privado; la esfera micropolítica o local de la acción política; y la discontinuidad histórica, que dificulta las proyecciones seguras de un futuro utópico. Estas características delimitan los límites y el potencial de la política prefigurativa como una revolución (im)posible en la posmodernidad.

Palavras clave
Política prefigurativa; revolución; anarquía; posmodernidad.

Ricardo Mendes Mattos é doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, instituição na qual concluiu seu pós-doutorado. Coordenador Pedagógico do curso de Psicologia e docente do Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté.

Introdução

A modernidade formulou um projeto revolucionário universal, como redenção do gênero humano. Com feições utópicas, tais propostas radicais previram a construção de uma sociedade futura organizada democraticamente a partir da igualdade e da liberdade. Ao enfatizar a esfera produtiva e a centralidade do poder no Estado moderno, tais projetos vincularam a política à economia. Por este motivo, frequentemente elegeram o coletivo de trabalhadoras/es como sujeito revolucionário dialeticamente predestinado a protagonizar uma transformação social em âmbito global.

Os séculos XIX e XX movimentaram políticas revolucionárias com estas características modernas que encontraram as primeiras expressões de seu esgotamento no final da década de 1970. Por um lado, teóricos da condição pós-moderna criticaram a pertinência de grandes relatos universais, globais e utópicos, em uma sociedade cada vez mais fragmentada, múltipla e imediatista. Por outro lado, a organização política das/os trabalhadoras/es passou a questionar o partido de vanguarda como protagonista da revolução, especialmente por suas características institucionais hierárquicas, centralizadoras e burocráticas.

As políticas prefigurativas são fruto do desmoronamento da modernidade e de seus projetos radicais, universais e utópicos, tendo em vista a vivência cotidiana do processo revolucionário no presente, de forma participativa e horizontal, rejeitando as políticas institucionais autoritárias. A revolução aqui e agora, lema da política prefigurativa, conjuga características atribuídas à pós-modernidade – como o presenteísmo e a pluralidade de narrativas.

Dessa forma, a partir de um estudo teórico, o presente artigo tem como objetivo a compreensão das políticas prefigurativas como perspectivas revolucionárias inseridas no contexto pós-moderno. Para tanto, inicialmente faremos um breve histórico das políticas prefigurativas, elencando suas principais características e apresentando algumas críticas que têm recebido. Posteriormente, são indicadas algumas feições da condição pós-moderna, especialmente a partir dos estudos pioneiros de Jean-François Lyotard (1979), Fredric Jameson (1997) e David Harvey (1992) – contemporâneos dos primeiros teóricos das políticas prefigurativas. Por fim, discutem-se as (im)possibilidades revolucionárias das políticas prefigurativas.

1. Políticas prefigurativas: revolução aqui e agora

A prefiguração é um conceito bíblico. Trata-se de um fato ou personalidade que surge previamente no tempo e representa algo maior no porvir. Em outras palavras, uma pré-figura que prenuncia algo que se cumprirá de acordo com os desígnios divinos, como uma profecia. Assim, na tradição cristã, João Batista prefigurou a vinda do messias e, com ele, a redenção da humanidade. Uri Gordon[1] afirma que o conceito de prefiguração foi "inconscientemente extraído da teologia cristã". Contudo, Paul Raekstad[2] destaca que a prefiguração revolucionária é

[1] Gordon, *Política prefigurativa*, p. 07.
[2] Raekstad, *Revolutionary practice*, p. 361.

"consciente e deliberadamente" construída por sujeitos históricos – situação bem distante do destino divino inescapável da profecia religiosa. Dessa forma, conseguimos observar diversas experiências históricas em que se pretendeu vivenciar, no presente, um processo político que prefigurou a sociedade revolucionária futura.

1.1. Origens da prefiguração

As políticas prefigurativas nasceram de experimentações políticas concretas. Muito tempo antes de serem conceituadas como prefiguração, diversas ações revolucionárias desenvolveram práticas participativas e horizontais que deram ensejo à criação do conceito científico. Carl Boggs[3] destaca a radicalidade dos Jacobinos durante a Revolução Francesa ou a proeminência dos *Soviets* na Revolução Russa. Marina Sitrin[4] lembra das experiências da Comuna de Paris, da Revolução Espanhola e dos zapatistas de Chiapas, acrescentando: "a lista é inspiradoramente longa".

A maioria das/os teóricas/os, contudo, associa a política prefigurativa aos movimentos juvenis da década de 1960, especialmente nos EUA e na França. Neste contexto, a proliferação de movimentos sociais de grande impacto na transformação da realidade desafiou a compreensão da teoria política, pois o claustro vanguardista dos partidos políticos de esquerda já não centralizava a revolução social. Pelo contrário, os movimentos disruptivos proeminentes na década de 1960 foram abertamente contra a institucionalização de suas lutas por partidos hierárquicos que aspiravam principalmente ao poder do Estado.

Igualmente, o movimento alter-globalização do início do século e os movimentos de ocupação dos espaços públicos - à exemplo do *Occupy Wal Street*, surgido em 2011 – são muito frequentemente associados à vitalidade das políticas prefigurativas.

1.2. Prefiguração na teoria política

No âmbito político, devemos a Carl Boggs[5] a formulação do conceito de "prefiguração comunista". O cientista político estadunidense destaca a "deficiência notável da tradição marxista" em formular uma teoria da ação política e do Estado, em meio ao centralismo burocrático do "partido-Estado" do socialismo russo e ao reformismo da social-democracia[6]. Tais experiências de "marxismo estatista" reproduzem a política burguesa que almeja superar, preterindo "o lado democrático e autoemancipatório do marxismo". Neste contexto, a partir de experiências anarquistas do século XIX, de comunistas de conselho e da política da Nova Esquerda, Carl Boggs formula o conceito de "radicalismo prefigurativo": "por 'prefigurativa', entendo a incorporação, na prática política contínua de um movimento, daquelas formas de relações sociais, tomada de decisões, cultura e experiência humana que são o objetivo final". Contra a representação política e

[3] Boggs, *Marxism*.
[4] Sitrin, *Anarchism*.
[5] Boggs, *Marxism*.
[6] Boggs, *Marxism*, p. 03.

autoritária do "partido-Estado" e da "ditatura do proletariado",[7] a "estratégia prefigurativa" elimina a subordinação e a disciplina institucional a partir de um "compromisso com a democratização por meio de estruturas coletivas locais que antecipam a futura sociedade libertada".[8]

A sistematização das políticas prefigurativas no interior dos combativos movimentos juvenis estadunidenses das décadas de 1960 e 1970 foi realizada por Wini Breines. Professor da Universidade de Massachusetts (Boston) e ativista da nova esquerda norte-americana, Breines[9] acentua o tom "contra-institucional", "anti-hierárquico" e "essencialmente antiorganizacional" da política prefigurativa. Em contrapartida, fortalece a incorporação de processos descentralizados de democracia direta, valores pessoais e convivência comunitária no âmbito dos movimentos sociais.

Especialmente no século XXI, as políticas prefigurativas foram bastante estudadas no ambiente acadêmico, muitas vezes vinculadas a outros termos como "micropolítica, política do tempo presente, política cotidiana".[10] Neste ínterim, abrangeu grande diversidade de expressões.

1.3. Prefigurações plurais

As políticas prefigurativas são vivenciadas em diferentes contextos históricos e culturais por grupos sociais diversos. Do ponto de vista ideológico, há associações da prefiguração com várias perspectivas políticas[11] — com ênfase nos anarquismos e marxismos. Embora estejam inseridas mais comumente em movimentos sociais, as prefigurações estão vinculadas também a experiências comunitárias e ambientes educacionais. Carlie Trott[12] salienta os "múltiplos contextos" da prefiguração em movimentos de alimentação alternativa, horta comunitária, democratização da mídia e justiça restaurativa, dentre outros.

Igualmente, há ampla gama de áreas do conhecimento científico dedicadas ao estudo das políticas prefigurativas, em especial as ciências políticas, sociais e humanas — a exemplo da Psicologia da Política Prefigurativa em Carlie Trott[13] ou David Clarke e John Drury.[14] Tal variedade de contextos dá ensejo a múltiplas vivências, narrativas e compreensões das políticas prefigurativas.

1.4. Características das políticas prefigurativas

Algumas características definidoras são geralmente encontradas na literatura científica sobre as políticas prefigurativas, quais sejam:

1) Revolução aqui e agora. Prefigurar significa representar antecipadamente ou vivenciar previamente uma mudança social futura, no presente. Daí a ideia de "revolução aqui e agora", como uma espécie de máxima prefigurativa que revela sua

[7] Boggs, *Marxism*, p. 04.
[8] Boggs, *Marxism*, p. 07.
[9] Breines, *Community and Organization*, p. 420.
[10] Trott, *Constructing Alternatives*, p. 268.
[11] Hines, *Against prefiguration*.
[12] Trott, *Constructing Alternatives*, p. 170.
[13] Trott, *Constructing Alternatives*.
[14] Clarke; Drury, *Emergent prefigurative politics*.

postura radical de ruptura com o capitalismo. Para Luke Yates,[15] torna-se concreto o ideal utópico abstrato, pois se faz no presente aquilo que se deseja para o futuro. Há também a ideia de realizar "experiências reais" que incentivam o engajamento das pessoas com como o mundo poderia ser.[16] A vivência cotidiana ou micropolítica de relações sociais alternativas é frequentemente a tônica da transformação no aqui e agora.

2) Prefiguração como estratégia. A política da prefiguração indica uma identidade entre meios e fins. Os processos de construção de uma nova sociedade (meios) devem coincidir com a finalidade revolucionária proposta. Em outras palavras, "em vez de fins justificarem meios, os meios da política prefigurativa refletem, ou são de alguma forma equivalentes, aos fins".[17] Após mais de dez anos de ativismo no Movimento Alter-Globalização, Marianne Maeckelbergh[18] compreende a política prefigurativa principalmente como uma estratégia de organização, na qual a vivência do "processo" é fundamental na criação real e presente do que se almeja como ideal para o futuro.

3) Prefiguração (anti) organizacional. Contra instituições oficiais e suas burocracias hierárquicas (como os partidos políticos), a prefiguração organiza o movimento coletivo a partir da informalidade, pessoalidade e horizontalidade. Sem dúvida, Wini Breines[19] é quem mais enfatiza a rejeição a qualquer forma institucional centralizada, autoritária e burocrática.

4) Prefiguração como ética horizontal. A horizontalidade implica uma convivência participativa e solidária, com grande respeito à inclusão e à diversidade, além do acento na pluralidade de perspectivas. Tal ética é frequentemente aliada a propostas de democracia direta. Na prática, rompe-se com a hierarquia, a centralização do poder ou formas de representação política, a partir da participação equitativa de todas/es/os. Tal ética é concretizada também em processos de "ajuda mútua"[20] ou cuidado recíproco entre integrantes de um coletivo.[21]

5) Tendência anti-estatal. O pendor anti-institucionalista das políticas prefigurativas geralmente conduz à rejeição do Estado burguês e de suas políticas públicas paternalistas. Por vezes, esta postura se aproxima da ação direta da tradição anarquista; outras vezes, incorpora a feição contemporânea do "faça você mesmo".[22] De acordo com Uri Gordon,[23] o conceito anarquista de ação direta significa lançar mão do próprio poder de transformação da realidade, sem a intromissão de intermediários ou o apelo a agentes externos – como "governos".[24] Como observa Marianne Maeckelbergh: "apelar ao Estado por reformas seria tudo menos estratégico quando o objetivo é descentralizar o poder".[25] Deve-se ressaltar que a repulsa ao Estado não é unanimidade entre os teóricos das políticas

[15] Yates, *Rethinking prefiguration*, p. 09.
[16] Raekstad; Dahl, *What is Prefigurative Politics?*
[17] Yates, *Rethinking prefiguration*, p. 03.
[18] Maeckelbergh, *Doing is believing*, p. 04.
[19] Breines, *Community and Organization*.
[20] Skyer; Roth; Reed, *Mutual aid as prefigurative politics*.
[21] Rebelo; Malafaia; Fernandes-Jesus, *Prefigurative politics and cultures of care*.
[22] Gravante, *Activismo de base prefigurativo*, p. 159.
[23] Gordon, *Política prefigurativa*, p. 15.
[24] Graeber, *The new anarchists*.
[25] Maeckelbergh, *Doing is believing*, p. 16.

prefigurativas, pois Paul Raekstad, por exemplo, defende que é possível contar com alguma "participação estatal" no decorrer dos processos prefigurativos.[26]

6) Prefiguração comunitária. A informalidade, a horizontalidade e a crítica às instituições convencionais tornam o movimento prefigurativo próximo da convivência comunitária. Entram em jogo a ética do cuidado e da solidariedade, aliada à criação de laços sociais, ao sentimento de pertencimento e à construção de identidade coletiva. Conforme destaca Wini Breines, a construção de comunidade era importante estratégia de fortalecimento dos movimentos sociais durante a década de 1960, tornando-se central na Nova Esquerda – em detrimento do partido político de vanguarda da "velha esquerda".[27]

7) Prefiguração como estilo de vida. Vivenciar a revolução no cotidiano comunitário implica uma (con)fusão entre as esferas privadas e públicas, entre a intimidade e a política. O lema feminista de 1960, "o pessoal é político", é reproduzido por muitos teóricos e ativistas da prefiguração.[28] Em movimentos prefigurativos de Barcelona, por exemplo, Luke Yates[29] notou o desejo de ser "coerente", fundindo o que se pensa com o que se vive. Já Carlie Trott[30] lança mão da frase "Sendo a Mudança", como forma de incorporar pessoalmente a transformação que se espera coletivamente.

8) Experimentação prefigurativa. Ao se esquivar das formas convencionais de se fazer política, o movimento prefigurativo normalmente encarna a experimentação criativa como parte de sua práxis revolucionária. Afinal, inventar um futuro no presente abrange a abertura para um processo que se constrói na própria vida prática – sem receitas prontas e verdades absolutas. Uri Gordon aponta a "experimentação perpétua" como forma de se esquivar dos "projetos unitários" e imutáveis.[31] Para David Graeber, a experimentação representa o foco no "processo", não na verdade ideológica estabelecida de antemão.[32] Preocupa-se "mais em criar do que em prever, praticando em vez de teorizar".[33] Por este motivo, Carlie Trott considera os espaços prefigurativos "laboratórios vivos de expressão social criativa e deliberada".[34]

9) Epistemologia da política prefigurativa. Ao criar novas relações e processos políticos, a prefiguração desafia os conhecimentos estabelecidos a partir da construção de saberes plurais, vinculados ao cotidiano do movimento. Falamos da construção de novas epistemologias político-revolucionárias.[35] A julgar pelos conhecimentos produzidos na Alter-globalização, Marianne Maeckelbergh[36] destaca a base empírica, a partir da qual se "teoriza por meio da ação".

10) Prefiguração e tecnologias de comunicação. Obviamente, o mundo contemporâneo está imerso nas tecnologias digitais de comunicação que criam

[26] Raekstad, *Revolutionary practice*, p. 368.
[27] Breines, *Community and Organization*.
[28] Gravante, *Activismo de base prefigurativo*, p. 137.
[29] Yates, *Rethinking prefiguration*, p. 06.
[30] Trott, *Constructing Alternatives*, p. 277.
[31] Gordon, *Anarchism reloaded*.
[32] Graeber, *Fragments of an anarchist*, p. 85.
[33] Maeckelbergh, *Doing is believing*, p. 16.
[34] Trott, *Constructing Alternatives*, p. 277.
[35] Franks, *Prefiguration*.
[36] Maeckelbergh, *Doing is believing*, p. 03.

novas possibilidades de interação e partilha de informações. Para autores como Claudia Vilarreal,[37] as políticas prefigurativas são caracterizadas pela utilização desses potenciais de comunicação das redes sociais digitais. Considera-se aqui não o mero uso das tecnologias, mas sua influência na própria concepção do movimento prefigurativo, como a "conectividade" e a articulação em "redes". Na ausência de um poder centralizado, a conectividade extrapola o potencial de comunicação e simboliza a própria horizontalidade e união de movimentos: "As redes se expandem para fora por meio da conectividade entre diferentes centros, *clusters*, grupos e indivíduos (leia-se diferentes objetivos, táticas, ideologias, crenças e identidades)".[38]

Estes aspectos mais marcantes das políticas prefigurativas compõem tão somente uma forma didática de compreensão, pois cada movimento particular conjuga essas características de maneira singular.

1.5. Críticas às políticas prefigurativas

As políticas prefigurativas são uma reação ao fracasso das lutas revolucionárias do passado a partir de "abordajes románticos, irracionales o utópicos", vocifera o cientista político cubano Samuel Farber.[39] Diversas outras críticas são dirigidas às políticas prefigurativas, como tentaremos sintetizar.

1) Prefiguração como rótulo. As políticas prefigurativas são utilizadas como categorias para classificar os "velhos" e os "novos" movimentos sociais, a "velha" e a "nova" esquerda. Para o antropólogo Guilherme Fians, a prefiguração pode servir como "um atalho para tipificar movimentos sociais" com prejuízo para as lutas sociais, pois "implica negligenciar as convergências e as coalizações que novas e velhas esquerdas muitas vezes buscam construir para enriquecer seus diálogos e suas lutas coletivas".[40]

2) Imprecisão conceitual. Para o cientista político Benjamim Franks,[41] o conceito de prefiguração é "vago" e/ou ambíguo: "não fica totalmente claro o que está sendo prenunciado: é principalmente um guia pragmático para a organização, uma epistemologia ou uma ética?". Destaca ser esta "confusão ou incoerência" inerente à "diversidade de formas prefigurativas" e "sua força e aplicabilidade a vários contextos diferentes".[42]

3) Prefiguração impossível. Considerando que construímos a sociedade imersos em um contexto histórico capitalista que determina nossa perspectiva, não há como termos ideia de como será a vida em um futuro revolucionário. Logo, qualquer experiência prefigurativa é impraticável. Em outras palavras: "não é possível conhecer os valores e práticas de uma sociedade libertada em circunstâncias onde a opressão e a alienação capitalistas são generalizadas"[43]. Samuel Farber menciona o exemplo concreto da autogestão de processos produtivos em meio ao competitivo mercado capitalista, levando as/os

[37] Vilarreal, *Movimientos sociales urbanos*.
[38] Maeckelbergh, *Doing is believing*, p. 15.
[39] Farber, *Reflexiones*, p. 86.
[40] Fians, *O que falar em esperanto*, p. 22.
[41] Franks, *Prefiguration*, p. 30.
[42] Franks, *Prefiguration*, p. 35.
[43] Franks, *Prefiguration*, p. 28.

trabalhadoras/es a vivenciarem um contexto bastante distinto do porvir revolucionário, razão pela qual "no pueden 'prefigurar' la sociedad futura".[44]

4) Dificuldades de conciliar os meios e os fins. É preciso reproduzir algumas hierarquias capitalistas para superá-las, sendo assim, os meios necessários para concretizar a revolução são distintos dos fins igualitários da sociedade futura.[45] A partir desse argumento leninista, pode-se considerar a prefiguração não apenas ineficaz, mas até "contra-revolucionária".[46] Já Luke Yates considera inadequada e mesmo "enganosa" a equivalência entre meios e fins, pela falta de clareza das/os ativistas sobre os objetivos almejados e pela variedade de práticas que não estão necessariamente conectadas a fins específicos.[47] Por fim, Marianne Maeckelbergh considera o "processo" como fundamento da política prefigurativa, pois a dinâmica dos movimentos sociais envolve múltiplos objetivos futuros vistos de variadas perspectivas, mutáveis na dinâmica de luta social.[48]

5) Subestimação do Estado. Em sua ênfase anti-institucional, as políticas prefigurativas subestimam a importância do poder do Estado, seja como agente repressivo de práticas subversivas, seja como esfera relevante para o fortalecimento do processo revolucionário.[49]

6) Limites da democracia direta. Para Samuel Farber, as políticas prefigurativas possuem uma visão muito estreita de democracia, pois a participação direta é viável apenas em pequenos coletivos, sendo irrealizável na sociedade como um todo – na qual é necessária a representatividade política e, com ela, a hierarquia.[50] Em outras palavras, "modos horizontais de organização são impossíveis ou impraticáveis para sociedades modernas complexas".[51]

7) Localismo e particularismo. A crítica sobre os limites da democracia direta está ligada à ideia de que o combate a uma sociedade com o poder globalizado exige movimentos com características igualmente internacionais, distintos do limite local de muitas políticas prefigurativas.[52]

8) Presenteísmo. Para Uri Gordon, o foco no aqui e agora é uma concepção conveniente diante das incertezas de se construir um futuro para as próximas gerações. Apostando em perspectivas de curto prazo, "o presentismo cobre uma relutância em confrontar a promessa ausente de realização revolucionária".[53]

9) Falsa segurança emocional. Frankie Heines[54] lança mão do conceito de "melancolia de esquerda" (de Walter Benjamin) para compreender as políticas prefigurativas como apego a um futuro revolucionário ilusório, com dificuldade para lidar com as limitações reais que obstruem perspectivas utópicas. Tal visão pode ser aproximada da perspectiva de Uri Gordon sobre as políticas prefigurativas como uma defesa afetiva à insegurança com relação ao futuro carregado de ansiedade e

[44] Farber, *Reflexiones*, p. 80.
[45] Franks, *Prefiguration*, p. 28.
[46] Franks, *Prefiguration*, p. 36.
[47] Yates, *Rethinking prefiguration*, p. 15.
[48] Maeckelbergh, *Doing is believing*, p. 12.
[49] Farber, *Reflexiones*.
[50] Farber, *Reflexiones*, p. 74.
[51] Raekstad, *Revolutionary practice*, p. 368.
[52] Farber, *Reflexiones*, p. 72.
[53] Gordon, *Política prefigurativa*, p. 15.
[54] Heines, *Against prefiguration*, p. 13.

catástrofe, pois "a linguagem prefigurativa pode oferecer um falso conforto na ausência de promessa revolucionária".[55]

A partir das características e críticas relacionadas às políticas prefigurativas, podemos avaliar seus limites e possibilidades na prática revolucionária. Tal avaliação, entretanto, depende de uma compreensão das políticas prefigurativas no interior das contradições de seu contexto histórico e cultural contingente. Não à toa, na mesma época em que as políticas prefigurativas foram formuladas cientificamente, parte da nova esquerda também se dedicava à reflexão sobre as mudanças da vida contemporânea a partir do conceito, não menos problemático, de pós-modernidade.

2. Condição pós-moderna

Pós-modernidade é um conceito que pretende compreender a realidade contemporânea, com características distintas do período moderno. Trata-se do que Fredric Jameson[56] designou como "uma tentativa de pensar historicamente o presente em uma época". Controverso, complexo e multifacetado, tal conceito é palco de amplo debate científico que foge de nossos propósitos. A escolha pelos primeiros autores a conceituar a pós-modernidade se dá por serem contemporâneos dos formuladores da prefiguração em política. Nesse sentido, cabe a questão: quais as relações entre as teorias da pós-modernidade e as políticas prefigurativas? Ou, mais especificamente, alguns aspectos centrais do contexto histórico pós-moderno podem auxiliar na compreensão das características da prefiguração?

2.1. O relato universal *versus* a pluralidade de narrativas

No ano de 1979, em conferência intitulada *A Condição pós-moderna*, Jean-François Lyotard analisa a legitimidade dos saberes no contexto da sociedade informatizada. Considerando o estatuto de verdade do discurso científico, em termos epistemológicos e de "poder sociopolítico", o filósofo francês profetiza o fim das metanarrativas modernas ou a "decomposição dos grandes Relatos".[57] Isto significa a perda de credibilidade na ciência como "verdade unitária e totalizante".[58] Proliferam-se, assim, narrativas heterogêneas, caracterizadas por uma "multiplicidade de enunciados" e "pluralidade de jogos de linguagem".[59]

A modernidade aspirava a uma verdade universal, mormente relacionada à razão científica. Essa "metanarrativa" trancafiava em uma totalidade as diversas formas de saber. Ao homogeneizar as diferenças e normalizar as dissidências, Jean-François Lyotard destaca o "imperialismo" e o autoritarismo dessa pretensa universalidade moderna.

Em detrimento da primazia de grandes relatos universais, a condição pós-moderna é caracterizada pela multiplicação de narrativas plurais, legitimadas em

[55] Gordon, *Política prefigurativa*, p. 19.
[56] Jameson, *A lógica cultura do capitalismo tardio*, p. 13.
[57] Lyotard, *A condição pós-moderna*, p. 28.
[58] Lyotard, *A condição pós-moderna*, p. 22.
[59] Lyotard, *A condição pós-moderna*, p. 38.

contextos específicos, sem pretensão de representar verdade única e válida para todas/es/os. Poderíamos pensar que a pluralidade de ideologias, práticas e objetivos das políticas prefigurativas são formas destituintes da grande narrativa da revolução moderna universal?

2.2. Unidade & diversidade

O grande relato universal pressupunha uma unidade homogênea a partir da generalização das diferenças. No leito de Procusto da modernidade, toda diversidade era abolida por um padrão uniforme totalitário. Conforme nota Fredric Jameson, a pós-modernidade salienta a diferença e a heterogeneidade contra qualquer forma de unificação.[60]

Do ponto de vista político, a vanguarda da classe trabalhadora, organizada a partir dos partidos revolucionários, simbolizava uma unidade de luta, fragmentada na década de 1960 a partir da proliferação de diversos movimentos sociais – feministas, antirracistas, ambientalistas, LGBTQIAPN+, etc. A primazia da esfera econômica cede espaço à reflexão sobre a variedade das formas de dominação.

Ao criticar a unidade e disciplina dos partidos da classe trabalhadora, as políticas prefigurativas poderiam representar essa diversidade de lutas típicas da pós-modernidade?

2.3. O global e o local

A modernidade europeia era o centro do mundo: a civilização mais avançada socialmente e a que cabia a evolução geral da humanidade. Esse discurso colonizador falacioso transferia para o âmbito global toda e qualquer verdade ou tecnologia inventada no Hemisfério Norte. O eurocentrismo do homem-branco-cis-hetero-cristão como sinônimo do "homem" (no sentido de humanidade) dá pistas dessa metanarrativa colonialista — não à toa, os revolucionários de 1789 formularam uma tal "Declaração dos Direitos Universais do Homem e do Cidadão".

Os projetos políticos revolucionários, formulados por homens brancos europeus, também tinham uma pretensão "internacional" — como revela a Associação Internacional dos Trabalhadores, composta unicamente por países europeus que almejavam uma revolução global, a despeito dos saberes e fazeres dos povos do Hemisfério Sul. Obviamente, qualquer verdade europeia era prontamente generalizada para todo o mundo, negligenciando a diversidade das culturas locais.

Por conseguinte, a pós-modernidade é caracterizada pela pluralidade de narrativas legitimadas regionalmente ou localmente – de qualquer forma, em contextos sociais específicos, sem aspiração de alçar o estatuto de verdade universal internacionalmente válida. A frequente atuação local ou regional das políticas prefigurativas responderia a essa característica geográfica pós-moderna? Seriam ações políticas predominantemente *tópicas* (localizadas), não utópicas (idealizadas)?

[60] Jameson, *A lógica cultura do capitalismo tardio*, p. 57.

2.4. Presente perpétuo *versus* futuro utópico: compressão do espaço-tempo

A perda da historicidade é a principal característica da pós-modernidade, de acordo com Fredric Jameson. A continuidade temporal entre passado, presente e futuro sofre uma ruptura vivenciada como crise da historicidade, caracterizada pela "amnésia histórica" de um "presente perpétuo".[61] Trata-se de temporalidades imediatas e emergenciais assombradas pelo amontoado de fragmentos heterogêneos instantâneos. O encadeamento de significações passadas que auxilia na compreensão do presente sofre um revés, fazendo a experiência pós-moderna revelar sua "esquizofrenia": "uma série de puros presentes, não relacionados no tempo".[62]

Tendo como ponto de partida a experiência no tempo e no espaço como fundamentais para a experiência humana, o geógrafo britânico David Harvey entende a pós-modernidade como "compressão espaço-tempo". Por um lado, opera a lógica da aceleração do tempo pautada na instantaneidade — o "*just in time*" ("momento certo") da eficiência produtiva e o "*fast-food*" ("comida rápida") são exemplos cotidianos do imperativo do imediato. É a primazia do agora absoluto. Por outro lado, ocorre a abolição das distâncias pela velocidade do tempo, que gera o bombardeamento de signos em espaços específicos. David Harvey nota o acirramento de disputas geográficas e discursivas sobre espaços urbanos, como locais específicos em combate. São pequenos palcos locais de disputas econômicas e políticas globais.[63] Os movimentos de ocupação certamente exacerbam a batalha por áreas físicas e simbólicas na arena política. No limite, a compressão do espaço e do tempo resulta em um categórico aqui e agora de enfrentamentos políticos.

Dessa forma, vivemos comprimidos (estreitados) em um presente perpétuo, apartados do passado e afastados do futuro, em disputas por espaços políticos de resistência. Obviamente, este imediatismo pós-moderno é antípoda de planos a longo prazo. A urgência de um presente que se esgota em suas incertezas desencoraja a projeção de sociedades revolucionárias em um futuro utópico.

A ênfase no aqui e agora, típica de muitas definições das políticas prefigurativas, refletiria essa instantaneidade pós-moderna? O acento no cotidiano vivido revela a dificuldade de apostar em um futuro idealizado?

2.5. Fim das utopias

O presente eternamente provisório não cria apenas uma fissura com o passado, mas também com o futuro. Por esta razão, o período da pós-modernidade decretou o fim das ideologias revolucionárias. Fredric Jameson, contudo, discorda dessa afirmação, pois observa que "as representações utópicas tiveram um extraordinário *revival* nos anos 60".[64] O que explicaria essa ânsia pela revolução utópica em pleno período de descontinuidade histórica?

Para Jameson, o presente perpétuo é experimentado como sensação de perda do passado e do futuro ou "grande angústia da morte do moderno"[65] –

[61] Jameson, *A lógica cultura do capitalismo tardio*, p. 186.
[62] Jameson, *A lógica cultura do capitalismo tardio*, p. 53.
[63] Harvey, *Condição pós-moderna*, p. 265.
[64] Jameson, *A lógica cultura do capitalismo tardio*, p. 19.
[65] Jameson, *A lógica cultura do capitalismo tardio*, p. 173.

momento em que se tinha uma impressão de segurança no porvir. Daí advém uma "perspectiva nostálgica e regressiva" das temporalidades seguras da modernidade. Contudo, subsumidos no presente, limitamo-nos a "imitar" o passado a partir de um vazio de sentido, em um processo de "colagem" ou "pastiche": a invenção do passado e do futuro como caricaturas estereotipadas ou "canibalização aleatória".[66] Como nostalgia superficial e angustiada, as utopias pós-modernas seriam meros plágios artificiais de um saudoso passado revolucionário obstruído pela amnésia histórica.

Seriam as imprecisas revoluções prefigurativas triviais nostalgias do passado fracassado da esquerda? O aqui agora da prefiguração seria um sinal evidente de um presente perpétuo que se impõe politicamente?

2.6. Privatização do público e publicação do privado

Richard Sennett, na obra *O Declínio do homem público: as tiranias da intimidade*, demonstra o quanto o "culto à personalidade" invade o espaço público na modernidade capitalista.[67] Publicado originalmente em 1977, o livro destaca a primazia dos interesses pessoais em detrimento dos debates coletivos, como motivo de esvaziamento da esfera pública. Embora Richard Sennett investigue a formação da modernidade, suas ideias estão inseridas no ambiente da nova esquerda estadunidense da década de 1970 e podem contribuir na reflexão sobre o mundo pós-moderno.

O mesmo processo que privatiza o público torna público o privado. Em outras palavras, no instante em que o debate público é dominado pela intimidade de celebridades, tais personalidades são publicamente expostas de forma compulsória. São as tiranias da intimidade. O "mundo.com" é testemunha da superexposição das privacidades, de maneira tão fugaz quanto ridícula. Desvia-se o debate do interesse público ao focar em especificidades supérfluas das vidas individuais. A privatização de bens públicos ou a redução neoliberal do controle do Estado sobre a economia são facetas contemporâneas desse assalto do público por interesses privados.

De qualquer forma, embaralham-se as fronteiras entre público e privado ou entre interesses coletivos e pessoais. A política prefigurativa como estilo de vida reflete essa fusão entre público e privado?

3. Políticas prefigurativas: revolução (im)possível na pós-modernidade

Ao recusar uma revolução universal em um futuro utópico, conduzida hierarquicamente pela unidade de uma instituição política burocrática, as políticas prefigurativas destoam de uma metanarrativa moderna. Por outro lado, ao experimentarem no cotidiano práticas contingentes de transformação social, é verossímil supor que incorporem características de seu contexto pós-moderno imediato. Quais as interfaces entre as políticas prefigurativas e a pós-modernidade?

[66] Jameson, *A lógica cultura do capitalismo tardio*, p. 45.
[67] Sennett, *O declínio do homem público*.

3.1. Pluralidade das políticas prefigurativas

A modernidade prescreveu verdades universais totalitárias, em cuja unidade pretendiam normalizar ou aniquilar as diferenças. São grandes narrativas sobre o gênero humano, com validade global, que solapavam a diversidade de subjetividades e os contextos regionais específicos. O dogmatismo do partido de vanguarda e sua predestinação dialética na salvação da humanidade refletem essa perspectiva.

As políticas prefigurativas, ao contrário, podem ser compreendidas a partir da heterogeneidade de narrativas características da pós-modernidade. Falamos da convivência de ideologias políticas heterogêneas e do incentivo à variedade de perspectivas individuais. Além da pluralidade epistemológica, diversas/os autoras/es destacam a multiplicidade de objetivos e a variedade de práticas.[68] São movimentos que incluem "o maior número possível de vozes e objetivos".[69] Trata-se de uma colcha de retalhos com tamanhos, cores e texturas diversas a rasgar os tecidos inconsúteis da modernidade.

3.2. Diversidade de lutas prefigurativas

A pluralidade é mais explícita na união de distintas bandeiras de luta — feministas, antirracistas, ambientalistas, LGBTQIAPN+, alimentares, midiáticas, etc. A unidade da classe trabalhadora se dissolve e a questão econômica é ampliada para outras tantas formas de dominação[70] – como o racismo e o patriarcado.

Trata-se daquilo que Hernán Ouviña nomeia como "sujeto múltiple": composto por uma variedade de "sujetos en lucha" e "habitado por la diversidad".[71] Igualmente, Marianne Maeckelbergh destaca que a "horizontalidade se torna um modo através do qual a diversidade vive", com a inclusão de "diferentes centros, *clusters*, grupos e indivíduos (leia-se diferentes objetivos, táticas, ideologias, crenças e identidades)".[72]

Tal diversidade nas políticas prefigurativas é mais uma faceta da incorporação da pluralidade de narrativas que compõe o que se convencionou designar como pós-modernidade.

3.3. Relatividade regional e a micropolítica da vida cotidiana

Distintas do global ou geral, espaços homogêneos típicos da universalidade, as políticas prefigurativas privilegiam lutas contingentes, devidamente inseridas em contextos sociais e culturais específicos. Em detrimento da dimensão macrossocial, enfatiza-se o micropolítico.

Tommaso Gravante salienta a importância da identidade local/territorial nas lutas prefigurativas: espaços sociais em que se convive e se compartilha crenças e

[68] Yates, *Rethinking prefiguration*, p. 13.
[69] Maeckelbergh, *Doing is believing*, p. 02.
[70] Fians, *O que falar em esperanto*, p. 04.
[71] Ouviña, *La política prefigurativa*, p. 94.
[72] Maeckelbergh, *Doing is believing*, p. 15.

vínculos afetivos.[73] Trata-se de uma política enraizada nos territórios em que se constrói.[74]

Essa abordagem local, visível nos movimentos prefigurativos de ocupação de espaços públicos, implica uma grande variedade de políticas, pois "serão diferentes em cada contexto" ou "diferentes em todos os lugares".[75] O contexto micropolítico, contudo, não se refere apenas a uma escala espacial (em lugares específicos), mas ao tempo da convivência cotidiana.

Em detrimento das mudanças amplas no contexto macrossocial, em especial de instituições centrais como o Estado, as políticas prefigurativas se concentram nas relações sociais mais imediatas no cotidiano. Claudia Vilarreal pondera que a organização de "pequenas células" é fundamental para a horizontalidade democrática da prefiguração.[76]

Certamente por influência de Michel Foucault, o micropolítico se refere às relações de poder que constituem as subjetividades e suas interações, além de proporcionar a "experimentação e a construção de modos 'alternativos' de viver e se relacionar".[77]

Neste nível mais próximo da intimidade, observa-se a politização da vida por meio da (con)fusão entre o público e o privado. No âmbito micropolítico da convivência, "el proceso de politización de la vida cotidiana" inclui intimidade, cuidado, autoestima e as emoções pessoais, etc.[78] Trata-se de afetos que a modernidade se esforçava por encarcerar nos espaços privados.

Um exemplo ilustrativo é fornecido por Luke Yates, em seu estudo sobre centros sociais nos arredores de Barcelona, nos quais se discutia a divisão igualitária do trabalho doméstico entre gêneros.[79] Trata-se de uma questão íntima das famílias que se reveste de grande importância política na igualdade entre gêneros – pauta fundamental no mundo contemporâneo.

Tais questões encontram desconcertante semelhança com práticas neoliberais de privatização de bens públicos. Igualmente, a rejeição à intervenção estatal, típica de muitas experiências prefigurativas, assemelha-se ao Estado mínimo neoliberal e à precarização das políticas públicas, com vistas a facilitar os interesses particulares de agentes do mercado capitalista.

Carlie Trott, por exemplo, diferencia as "políticas de demanda" (que esperam as soluções do Estado) das "políticas de ato", que criam alternativas com suas próprias possibilidades.[80] Tal proposta é radicalmente oposta àquela dos revolucionários que viam no Estado de Bem-Estar Social uma possibilidade de políticas públicas equitativas e melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. A rejeição prefigurativa do Estado e o lema "faça você mesmo" são a resistência possível em tempos de neoliberais, nos quais há muito pouco a se esperar do Estado em termos de efetivação dos direitos fundamentais.

[73] Gravante, *Activismo de base prefigurativo*, p. 144.
[74] Ouviña, *La política prefigurativa*, p. 78.
[75] Maeckelbergh, *Doing is believing*, p. 13.
[76] Vilarreal, *Movimientos sociales urbanos*, p. 37.
[77] Yates, *Rethinking prefiguration*, p. 02.
[78] Gravante, *Activismo de base prefigurativo*, p. 139.
[79] Yates, *Rethinking prefiguration*.
[80] Trott, *Constructing Alternatives*, p. 266.

Obviamente, o teor crítico e revolucionário das políticas prefigurativas não pactua com essas práticas neoliberais, haja vista a importância que o movimento alter-globalização possui nestas lutas sociais. Contudo, pode-se supor que apenas em um contexto pós-moderno de privatização do espaço público a política como um estilo de vida pessoal é plausível.

3.4. Imediatismo e dilemas da (u)topia

O imediatismo pós-moderno está profundamente conectado ao aqui agora da revolução prefigurativa. David Graeber afirma: "Uma coisa é dizer: 'Outro mundo é possível'. Outra é vivenciá-lo, ainda que momentaneamente".[81] Essa revolução provisória e instantânea, sem memória nem espera, é uma expressão típica do presente perpétuo pós-moderno. Reforça essa análise a dificuldade de formulação de objetivos utópicos de longo prazo em muitas experiências prefigurativas. Da mesma forma, pode-se pensar que a política prefigurativa é a revolução que resta diante da melancolia da esquerda e das incertezas nas perspectivas radicais em tempos neoliberais de mercantilização da vida. Se oferece um certo conforto, tal esperança revolucionária se coloca em duro confronto com uma realidade adversa em que o eterno presente torna qualquer futuro precariamente provisório.

Conclusões

Procuramos compreender as políticas prefigurativas a partir de sua inserção no contexto histórico pós-moderno. Verificou-se como o imperativo do presente, o embaralhamento entre o público e o privado e a descontinuidade histórica com o futuro podem auxiliar na análise das características das prefigurações e suas revoluções aqui e agora. Não à toa, a compressão pós-moderna do espaço/tempo se define exatamente em um aqui e agora que limita a existência — o mesmo aqui e agora que constitui a máxima da revolução prefigurativa.

Políticas prefigurativas e pós-modernidade são conceitos que fermentaram nas mesmas décadas de 1970 e 1980 em que se cogitou o "fim das utopias", pretensamente materializado com a queda do muro de Berlin, em 1989. Não tardou para a direita neoliberal decretar o fim das ideologias revolucionárias, como na frase de uma de suas apologistas: "Não há alternativa ao capitalismo" [*There Is No Alternative*].

Parodiando esta frase de Margareth Thatcher, Fredric Jameson pode escrever, em 2005, "não há alternativa à Utopia", saudando os movimentos radicais do início do século e seu desejo revolucionário.[82] Neste contexto pós-moderno, as políticas prefigurativas parecem inaugurar um novo ciclo de utopias. Ainda que imediatistas ou localizadas, tais vivências revolucionárias mantêm vivas as (im)possibilidades de uma sociedade construída a partir da igualdade, liberdade e diversidade.

[81] Graeber, *The New Anarchists*.
[82] Jameson, *Archaeologies of the future*, p. xii.

Referências

BOGGS, Carl. *Marxism, Prefigurative communism, and the problem of workers' control*. 1977. Disponível em: https://theanarchistlibrary.org/library/carl-boggs-marxism-prefigurative-communism-and-the-problem-of-workers-control. Acesso em: 19 abr. 2025.

BREINES, Wini. Community and Organization: the New Left and Michels' "Iron Law". *Social Problems*, v. 27, n. 4, pp. 419-429, 1980. DOI: https://doi.org/10.2307/800170.

CLARKE, David; DRURY, John. Emergent prefigurative politics and social psychological processes: a systematic review and research agenda. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, n. 35, pp. 01-17, 2025, e70040. DOI: https://doi.org/10.1002/casp.70040.

FARBER, Samuel. Reflexiones sobre la política prefigurativa. *Nueva Sociedad*, n. 251, pp. 70-86, 2014.

FIANS, Guilherme. O que falar em esperanto quer dizer: revisitando políticas prefigurativas, movimentos sociais e as novas esquerdas. *Mana* – Estudos de Antropologia Social, v. 29, n. 1, pp. 01-31, 2023. DOI: http://doi.org/10.1590/1678-49442023v29n1e2023002.pt

FRANKS, Benjamim. Prefiguration. *In*: FRANKS, Benjamin; JUN, Nathan; WILLIAMS, Leonard Williams (orgs.). *Anarchism*: a conceptual approach. New York/London: Routledge, pp. 28-43, 2018.

GORDON, Uri. Anarchism reloaded. *Journal of Political Ideologies*, v. 12, 2007. DOI: 10.1080/13569310601095598. Disponível em: https://theanarchistlibrary.org/library/uri-gordon-anarchism-reloaded Acesso em: 19 abr. 2025.

GORDON, Uri. Política prefigurativa, catástrofe e esperança. *Revista de Estudos Libertários*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, pp. 07-26, 2022.

GRAEBER, David. *Fragments of an anarchist anthropology*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2004.

GRAEBER, David. The New Anarchists. *New Left Review*, n. 13, 2002. Disponível em: https://newleftreview.org/issues/ii13/articles/david-graeber-the-new-anarchists. Acesso em 19 abr. 2025.

GRAVANTE, Tommaso. Activismo de base prefigurativo y futuros alternativos: una propuesta de análisis. *Andamios*, v. 20, n. 51, pp. 133-166, 2023. DOI: https://doi.org/10.29092/uacm.v20i51.972.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

HINES, Frankie. Against prefiguration: an anarchist iconoclasm. *Anarchist Studies*, v. 31, n. 1, pp. 25-45, 2023. DOI: 10.3898/AS.31.1.02.

JAMESON, Fredric. *A lógica cultura do capitalismo tardio*. 2. ed. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1997.

JAMESON, Fredric. *Archaeologies of the future*: the desire called utopia and other science fictions. London/New York: Verso, 2005.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 12. ed. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979/2009.

MAECKELBERGH, Marianne. Doing is believing: prefiguration as strategic practice in the Alterglobalization. *Social Movement Studies*, v. 10, n. 1, pp. 01-20, 2011. DOI: 10.1080/14742837.2011.545223.

OUVIÑA, Hernán. La política prefigurativa de los movimientos populares en América Latina: hacia una nueva matriz de intelección para las ciencias sociales. *Acta Sociológica*, n. 62, pp. 77-104, 2013.

RAEKSTAD, Paul Raekstad; GRADIN, Sofia. *Prefigurative politics*: building tomorrow today. Cambridge/ Medford: Polity Press, 2020.

RAEKSTAD, Paul; DAHL, Eivind. *What is Prefigurative Politics?* how large scale social change happens. 2020. Disponível em: https://theanarchistlibrary.org/library/paul-raekstad-and-eivind-dahl-prefigurative-politics. Acesso em: 19 mar. 2025.

RAEKSTAD, Paul. Revolutionary practice and prefigurative politics: a clarification and defense. *Constellations*, n. 25, pp. 359–372, 2018.

REBELO, Dora; MALAFAIA, Carla; FERNANDES-JESUS, Maria. Prefigurative politics and cultures of care in the portuguese youth Climate Strike Movement during School Occupations. *Partecipazione e conflitto*, v. 18, n. 1, pp. 45-60, 2025. DOI: 10.1285/i20356609v18i1p45.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. Trad. Lygia Araújo Watanabe. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SITRIN, Marina. *Anarchism and the newest social movements*. 2019. Disponível em: https://theanarchistlibrary.org/library/marina-sitrin-anarchism-and-the-newest-social-movements. Acesso em: 19 mar. 2025.

SKYER, Robin; ROTH, Silke; REED, Elizabeth. Mutual aid as prefigurative politics: beyond anarchism. *Sociology Compass*, n. 19, pp. 01-09, 2025. DOI: https://doi.org/10.1111/soc4.7003.

TROTT, Carlie. Constructing Alternatives: Envisioning a Critical Psychology of Prefigurative Politics. *Journal of Social and Political Psychology*, London, v. 4, n. 1, pp. 266–285, 2016. DOI: 10.5964/jspp.v4i1.520.

VILARREAL, Claudia Carolina Z. Movimientos sociales urbanos en la Ciudad de México en el siglo XXI: ¿Activismo encauzado al derecho versus acción prefigurativa?. *Desacatos*, n. 61, pp. 22-39, 2019.

YATES, Luke. Rethinking prefiguration: alternatives, micropolitics and goals in social movements. *Social Movement Studies*, v. 14, n.1, pp. 01-21, 2015. DOI: 10.1080/14742837.2013.870883.